

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aleksandra Ferreira Silva
aleksandra_ferreira@hotmail.com

Maria Jocelma Ferreira Cavalcante
Jocelmalima_12@hotmail.com

Disneylândia Maria Ribeiro
d-landia@hotmail.com

Sheyla Fontenele Macedo
sheylafontenele@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo foi construído a partir das discussões levantadas na disciplina Educação Especial e Inclusão e das experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado I, realizado em uma creche da cidade de Pau dos Ferros/RN, com o objetivo de refletir acerca dos desafios da inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) na educação infantil. Como metodologia de investigação realizamos estudos bibliográficos como ANGOTTI (2008), CARVALHO (2000), UNESCO/BRASIL (1994), FERREIRA e GUIMARÃES (2003), MITTLER (2003). Percebemos os seguintes aspectos: a escola não tem o diagnóstico de alunos com NEE, quando há suspeita de algum caso os docentes encaminham para um psicólogo, mas nem sempre a família colabora. Apesar dos avanços obtidos podemos dizer que a escola ainda não está preparada para atender adequadamente os alunos com NEE, a formação dos professores ainda não contempla os saberes necessários e também faltam investimentos públicos para esta modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação Infantil. Necessidades educativas. Inclusão.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse trabalho tem como objetivo principal refletir acerca dos desafios da inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) na educação infantil. Para tanto, realizamos estudos teórico-bibliográficos fundamentados em autores como Angotti (2008), Carvalho (2000), Declaração de Salamanca (UNESCO/BRASIL,1994) Ferreira e Guimarães (2003), Mittler (2003), além de observações na sala de aula, registros nos diários de campo e regência do Estágio Supervisionado realizado em uma creche da cidade de Pau dos Ferros/RN. É pertinente salientar a contribuição das discussões que aconteceram durante a disciplina Educação Especial e Inclusão.

O artigo esta dividido em quatro partes; de início fazemos uma reflexão sobre a criança na Educação Infantil, reforçando a necessidade das instituições de ensino

trabalhar suas capacidades e dificuldades, para que haja o desenvolvimento da criança de forma integral.

Na segunda parte tratamos da inclusão de crianças com NEE na Educação Infantil, reforçando a necessidade de romper com o preconceito desde sua formação inicial, pois muitas vezes a deficiência é vista como uma doença e a criança que a possui como um ser incapacitado.

Em um terceiro momento, discutimos a questão de romper as barreiras de aprendizagem através de uma educação verdadeiramente inclusiva, pois a educação especial se caracterizou por ser oferecida fora do sistema regular de ensino, dessa forma, apontamos a necessidade de a escola regular acomodar todos os alunos independentes de suas condições físicas e sociais, oportunizando uma aprendizagem conjunta e promovendo a solidariedade.

Por último, é feito uma análise/reflexão sobre a realidade diagnosticada e vivenciada durante o Estágio Supervisionado I, no qual obtivemos relatos dos professores, realizamos observações na sala de aula, registros nos diários de campo e regência de classe.

1 A CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Antiguidade tinha-se a visão de que a criança era um adulto em miniatura, e que tinha obrigações como qualquer outra pessoa, sua forma de socialização se dava através da inserção no meio dos adultos como força de trabalho. Desde muito cedo as crianças acompanhavam os mais velhos para ajudar nas tarefas diárias e aprender os costumes da vida adulta, depois com o decorrer do tempo a criança passa a ser compreendida e vista como um ser mais frágil, em formação e que sendo assim, precisa ser protegido, cuidado, orientado, que tem limites que devem ser respeitados.

A infância é o período único da vida de um ser humano e é também um dos mais importantes, pois é o início de sua formação que dependendo de sua relação (interação) com o meio externo, poderá modificar todo o seu desenvolvimento cognitivo, físico, intelectual etc.

A educação infantil deve promover o desenvolvimento integral da criança, ou seja, criar diferentes perspectivas de integração social e cultural. As atividades didáticas precisam favorecer a liberdade de brincar e se expressar, criando assim, uma relação de educar cuidando. No entanto, o lúdico não deve se deter apenas a brincadeira, mas

proporcionar a criança o incentivo de explorar o mundo externo, de expressar seus anseios e elaborar por si mesmo seu próprio conhecimento de mundo.

[...] a Educação Infantil fundamenta-se na necessidade de se entender a criança de corpo inteiro, de não fragmentá-la em suas perspectivas e, sobretudo, no que se concerne à insustentável dissociação entre sua razão e emoção, de compreendê-la e trabalhá-la na sua inteireza, integrando práticas educativas baseadas em ideário pedagógico que possa desenvolver seu potencial de elaboração e expressão comunicativa. (ANGOTTI, 2008, p.25).

É essencial que as atividades desenvolvidas na escola levem em consideração que a criança é um ser capaz de sentir, que possui preferências, limitações, possibilidades e anseios, sendo assim, os educadores precisam compreender que a criança não entra na escola apenas para aprender conteúdos conceituais, mas que ela deve ser orientada na construção e elaboração de suas próprias opiniões e conceitos de mundo. É necessário criar mecanismos que ajudem as crianças a crescerem potencialmente.

2 A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NEE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, foi garantida na Constituição Federal de 1988, que trouxe metas importantes com o intuito de promover o bem estar de todos independentemente da classe, raça, cor, sexo ou idade, assim como, a garantia de seus direitos sociais e civis, de estabelecer a igualdade de oportunidades e condições de acesso e permanência nas escolas. Esse direito também foi confirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela lei nº 8.069 de 1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/96.

O acesso a escola tem início na educação infantil, fase peculiar de desenvolvimento dos aspectos emocionais, afetivos, cognitivos e sociais, bem como da noção de respeito à diversidade e valorização do outro.

Dessa forma, a importância de se incluir crianças com NEE na Educação Infantil, no início de sua formação, consiste em desenvolver melhor suas habilidades, trabalhar a relação social e o mais importante romper com o preconceito.

Mas só a integração, não garantirá um ensino-aprendizagem de qualidade para as crianças com NEE; incluir é, portanto, entender, respeitar, valorizar, lutar contra o preconceito e ultrapassar as barreiras da exclusão. É dar condições para que elas permaneçam na sala de aula, que tenham condições iguais para se desenvolverem, é

preciso que a criança com necessidades especiais se desenvolva juntamente com as demais crianças, participe ativamente das brincadeiras, atividades em grupo, sempre observando e respeitando seus limites.

É na sociedade que ocorre ou se manifesta com mais veemência o preconceito de forma implícita e explícita, ou seja, quando são mais divulgados os padrões homogêneos da sociedade, quando há divisão (segregação) entre “normais” e “anormais”.

Segundo Rubem Alves (1998 *apud* FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p 75):

Os “normais” podem dizer simplesmente: “Sou igual a todos, portanto sou”. É a igualdade que define o seu ser. Mas os “portadores de deficiência” tem de fazer uma outra afirmação: *purgo, ergo sum* – Luto. Logo existo. Muitos, sem coragem para enfrentar a luta solitária, desistem de viver e são destruídos. Os que aceitam o desafio, entretanto se transformam em guerreiros.

As crianças enfrentam grandes desafios ao ingressar na vida escolar, pois entram em um mundo novo, repleto de informações e precisam de todo apoio de pais, professores, comunidade escolar em geral, precisam de incentivo para aprender e evoluir, é um grande desafio para os considerados “normais” e se torna um desafio ainda maior para aqueles que têm limitações, pois precisam além de enfrentar as barreiras do preconceito e da descrença, adquirir força de vontade para continuar aprendendo e conquistar seu espaço.

3 ROMPENDO BARREIRAS NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM NEE

A educação especial se caracterizou historicamente como um ensino voltado para atender pessoas com deficiência física, motora, com altas habilidades, distúrbios de desenvolvimento fora da rede regular de ensino. As pessoas com NEE eram e são muitas vezes vistas socialmente como incapazes, como se pelo fato de possuírem alguma limitação fossem impedidas, incapacitadas de viver socialmente, pois a deficiência é confundida muitas vezes com uma patologia.

Para que não haja barreiras na aprendizagem, a educação especial não deve ser vista como um ensino a parte, ou seja, segregado do ensino regular, ambos devem estar juntos, um auxiliando o outro para o melhor desenvolvimento do aluno com NEE, onde

os objetivos da aprendizagem e formação dos sujeitos sejam eles criança ou adulto possam ser atingidos.

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso, especiais são os procedimentos de ensino, especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem.

Todas as escolas devem dispor de equipamentos, recursos para romper com qualquer tipo de barreira seja ela no ensino regular ou nas escolas especiais.

Uma das maiores dificuldades para a aprendizagem dos alunos com NEE, também pode estar relacionado com a formação do professor. Quando eles ignoram a existência desses alunos na sala de aula, segundo Carvalho (2000, p. 29) “aqueles que rejeitam alunos com deficiência em suas turmas defendem-se, afirmando que em seus cursos de formação não foram suficientemente instrumentados e que não dão conta nem dos alunos ditos normais”.

É muito importante que os docentes estejam sempre em busca de uma formação continuada, pois esta poderá dar suporte no fazer pedagógico e na resolução de problemas. Hoje é imprescindível que o educador saiba articular o conhecimento e utilizar uma metodologia que leve em conta as particularidades e as diferenças.

A escola deve ser, assim como consta na Declaração de Salamanca (UNESCO/BRASIL,1994) uma escola integradora que acomode todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais e lingüísticas; onde todos possam aprender juntos sempre que possível, a fim de promover a solidariedade entre todos. “[...] espera-se que a escola se identifique como um espaço privilegiado de formação e de exercício da cidadania, de apropriação e construção de conhecimentos e onde se desenvolva uma cultura para a paz [...]” (CARVALHO, 2000, p.51)

Alguns dos obstáculos existentes no sistema de ensino são a falta de recursos, materiais didáticos e espaço físico adequado a toda clientela. Muitas dessas barreiras podem ser amenizadas através da criatividade do professor, ao usar os recursos disponíveis para desempenhar um ensino-aprendizagem de forma mais significativa. Mas isso também vai depender da concepção de ensino que ele tiver, ou seja, se ele valoriza apenas os métodos, se é centrado apenas nos conteúdos, se o seu foco central está apenas nos resultados obtidos, desconsiderando muitas vezes as particularidades de

seus alunos. No entanto, se ele for um professor preocupado com os seus alunos, ele dará chance para que eles construam seu próprio conhecimento, onde seu foco estará centrado nos processos.

A criatividade do professor somada à sua convicção de que a aprendizagem é possível para todos os alunos e de que ninguém pode estabelecer os limites do outro, certamente contribuirão para remover os obstáculos que tantos alunos têm enfrentado no seu processo de aprendizagem. (CARVALHO, 2000, p.64-65).

Apesar da falta de materiais adequados para o trabalho educativo devido à falta de participação e colaboração do poder público; nada se compara a práxis (ação) pedagógica desempenhada pelo educador. Ou seja, ora se tem materiais disponíveis, mas não tem domínio para usá-lo, ora não há material suficiente, mas o educador sabe desempenhar um ensino significativo a partir do conhecimento que o aluno já traz, quando ele acredita que a aprendizagem é possível a todos.

3.1 Distúrbios de aprendizagem na educação especial e inclusiva

Os distúrbios de aprendizagem como falta de atenção, hiperatividade (incapacidade de se deter a determinado assunto por longo período), se referem a alunos que têm muita dificuldade de aprender, onde na maioria das vezes esse aspecto é visto como fator biológico (reduzindo o ser humano ao seu organismo).

Muitos desses distúrbios são vistos como inatos, que está intrinsecamente ligado a criança e que por isso muitos professores se acomodam por pensarem que eles não são capazes de desenvolver e progredir educacionalmente.

[...] os distúrbios são traços intrínsecos e inerentes à criança, aliada a crença de serem muito poucas as suas possibilidades de progredir educacionalmente. Trata-se de visão inatista e determinista do desenvolvimento que dentre outras conseqüências, acarretou uma certa acomodação da maioria dos educadores que, até hoje, costumam atribuir ao sujeito, e apenas ele, a responsabilidade de suas dificuldades. (CARVALHO, 2000, p. 73).

Os distúrbios e transtornos de aprendizagem não são conceitualmente uma deficiência, mas podem se tornar uma barreira na aprendizagem se considerados uma

patologia. São muitos os fatores que podem ocasioná-los, como por exemplo, o meio em que a criança esta inserida, as relações familiares, etc.

A família tem um papel de grande importância no desenvolvimento da criança, ela é a base principal na construção da personalidade do sujeito, a preocupação, o carinho, o cuidado e as orientações adequadas podem ser os meios mais eficazes para a formação de sujeitos bem desenvolvidos, criativos, independentes e saudáveis.

Admitir a existência de um distúrbio de aprendizagem no aluno não implica “absolver” o sistema educacional de suas próprias responsabilidades. Ao contrário, caracteriza-se como mais um desafio para o aprimoramento das respostas educativas das escolas, estimulando-as a identificar e remover barreiras para a aprendizagem de todos os alunos, com ou sem deficiência, com ou sem distúrbio de aprendizagem. (CARVALHO, 2000, p.74-75).

A interação entre escola, família e comunidade tem grande importância, visto que uma pode auxiliar a outra na qualidade de vida das pessoas com NEE, observando o que pode ser melhorado e o que pode ser adotado para um melhor desenvolvimento físico, emocional, social, intelectual e cognitivo dessas crianças.

[...] as famílias que porventura tiverem dificuldades em cumprir qualquer uma de suas funções para com as crianças deverão receber toda ajuda possível das instituições de educação infantil, da comunidade, do poder público, das instituições de apoio para que melhorem o desempenho junto às crianças. (BRASIL, 1998, p. 84)

A escola, a comunidade, o poder público devem promover situações de integração e condições para que as pessoas com necessidades educacionais especiais se desenvolvam de acordo com seu ritmo, respeitando seus limites, mas sem superproteger ou exigir além do que permitem as capacidades de cada indivíduo. É importante que haja o interesse por parte da família e que esta verifique junto ao poder público os serviços disponíveis para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais.

4. REFLETINDO SOBRE A REALIDADE VIVÊNCIA DA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Durante nossa experiência de estágio supervisionado I na creche Branca de Neve, situada na cidade de Pau dos Ferros – RN, no qual obtivemos relatos dos professores,

realizamos observações na sala de aula, registros nos diários de campo e regência de classe, pudemos perceber que já existe a consciência da inclusão das crianças com NEE no ensino regular bem como a necessidade de acompanhamento adequado para cada tipo de necessidade. No entanto, durante o período de nossas observações e regência a escola não atendia nenhuma criança com necessidade especial comprovada, existiam apenas relatos de duas crianças que tinham comportamento um pouco diferenciado das demais, mas nenhuma delas tinha diagnóstico médico comprovando que a mesma necessitava de cuidados ou tratamentos específicos.

Segundo relato das professoras, uma das crianças (do sexo feminino) tinha o ritmo de aprendizagem mais lento e não gostava de interagir com pessoas desconhecidas, era muito calma e não participava ativamente de brincadeiras e atividades. A outra criança (do sexo masculino) é sempre muito agitada e agressiva, não se mantém atenta as atividades, e não pára na sala de aula por muito tempo. As professoras suspeitam que as duas crianças são portadoras de algum distúrbio ou necessidade especial e que ambas precisavam de acompanhamento especializado para melhor avaliação.

A direção da creche nos informou que o menino já passou por médicos, mas não faz nenhum tratamento específico, fomos informados ainda que a família da criança em questão passa por diversos problemas, o que nos leva a refletir se não seria esta a causa das alterações comportamentais apresentadas pelo mesmo, uma vez que o ambiente em que o sujeito está inserido tem influência direta na formação de sua personalidade e comportamento.

Quanto à menina, não nos foram apresentados relatos sobre algum acompanhamento especializado para melhor avaliação, mas o fato de ser uma criança quieta não quer dizer que apresente alguma necessidade especial. É difícil tecer conclusões, mas talvez seu ritmo de aprendizagem seja um pouco mais devagar que as demais crianças de sua faixa etária.

Sendo assim, podemos dizer que o acompanhamento e a avaliação especializada são de suma importância nos dois casos apresentados e que só através desse procedimento podem ser colhidas as devidas conclusões. Em casos de alguma suspeita quanto à necessidade de uma atenção maior para com as crianças que podem apresentar alguma necessidade especial, somente o acompanhamento criterioso e o diagnóstico rápido podem ajudar a melhorar a qualidade de vida dos sujeitos em questão.

É importante que pais, professores e toda comunidade escolar estejam sempre atentos em busca de sinais que indiquem a necessidade de acompanhamento médico,

psicológico e pedagógico na perspectiva de oferecer uma educação de qualidade as crianças com NEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a regência supervisionada, observamos que a creche não tem visivelmente alunos com NEE. Há apenas especulações, mas nada comprovado. Percebemos também que o corpo docente é muito preocupado com o aparecimento de crianças que possuam algum distúrbio, pois quando há suspeita eles encaminham para um psicólogo, mas a maior dificuldade é a família que não aceita nem ao menos apresentar a criança a um especialista (passar por um diagnóstico rápido).

Apesar dos muitos avanços obtidos durante o decorrer dos anos podemos dizer que a escola ainda se encontra despreparada para atender adequadamente os alunos com necessidades de educação especial, uma vez que não dispõe de estrutura física, mobiliários e materiais didáticos de aprendizagem e acessibilidade.

A formação dos professores ainda não contempla plenamente esta modalidade de ensino, muitos se dedicam e se esforçam, no entanto, os investimentos para esta educação são pouco.

Podemos concluir que as vivências proporcionadas na Educação Infantil são de suma importância na formação dos educandos, pois estes estão passando por um momento peculiar de desenvolvimento de seus aspectos emocionais, afetivos, cognitivos. Nesse ínterim, é imprescindível criar mecanismos de respeito às diferenças, e de valorização do outro no espaço escolar, para isso é necessário que os docentes estejam sempre em busca de uma formação continuada, elaborando saberes teórico-metodológicos que proporcionem uma aprendizagem de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas, SP: Alínea, 2008.

BRASIL, **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

_____. LEI n.º 9394, de 20.12.96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: BRZEZINSKI, Iria. (org.): **LDB, dez anos depois: reinteração sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. LEI n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm acessado em setembro de 2011.

CARVALHO, Edler Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediações, 2000.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**: Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

UNESCO/BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.